

## **Entrevista António José Seguro**

PS

UAL, 18/01/2017

### **A. Relação entre deputados e eleitores (Constituency service)**

#### **Como é o contacto entre deputados e cidadãos? Quais são os instrumentos utilizados?**

Apesar do nosso sistema eleitoral ser um sistema eleitoral em listas fechadas e plurinominal há uma relação muito interessante entre deputados e eleitores. Há um dia da semana, que é a segunda-feira, que é dedicado ao contacto com os eleitores. Uns deputados utilizam, outros não utilizam. Outros utilizam para fazer reuniões, participar em iniciativas, ou criar gabinetes de atendimento aos eleitores. Isso funcionava muito nos governos civis, quando existiam. Outra forma de contacto é receber os eleitores diretamente no parlamento. Estas são duas formas mais individuais do contacto com os eleitores. Há depois o contacto que é proveniente das petições que são feitas ao parlamento, mas já é numa lógica mais institucional.

#### **Quem inicia o contacto, é o deputado ou os cidadãos/grupos de cidadãos?**

Tem as duas vias, ou seja, tanto são os deputados que contactam os eleitores como são os eleitores que contactam os deputados. Isso varia muito de deputado para deputado, varia muito consoante o círculo eleitoral e o grupo parlamentar. No caso do Partido Socialista, a experiência que posso partilhar foi a que vivi em Braga desde 2005 a 2014 onde tínhamos todas as segundas-feiras um deputado no gabinete de atendimento ao eleitor. Havia os governos civis, os eleitores ligavam a marcar entrevista e na segunda-feira um de nós estava de turno para receber os eleitores, que iam colocar problema - grande parte dos problemas eram pedidos de emprego, não era propriamente uma questão que se pudesse ali tratar. Depois também estipulávamos a distribuição por concelhos e havia uma relação muito direta. E há páginas na internet que também que podem ajudar. Mas cada deputado e cada grupo de deputados tem formas diferentes de trabalho. No PCP não, há uma forma própria de trabalho, nos outros partidos, sobretudo no PS e PSD, dependia muito do deputado.

#### **Em particular, quais são as funções principais destes contactos (exemplo: conhecer problemas locais, preparar iniciativas legislativas, etc.)**

A função é a aproximação clássica entre eleito e eleitor. No fundo, dizer aos eleitores: nós não estamos disponíveis apenas durante os 15 dias de campanha eleitoral, mas durante os quatro anos do mandato e pode colocar-nos as questões que entender. Ou através de e-mail, ou através de reunião presencial, ou através de um convite que nos queira fazer para visitar a instituição, a escola, a empresa, como entender.

#### **E que consequência têm?**

Isso depende de cada deputado. Pode traduzir-se numa pergunta escrita ao governo, numa pergunta ao membro do governo na comissão, uma pergunta em plenário, ou, se for um assunto que ganhe relevo, mesmo ser um dos pontos num debate principal em plenário. Diria que por esta escala, esta graduação.

### **O contacto é frequente apenas nas campanhas ou acontece de forma regular ao longo da legislatura?**

Há um desequilíbrio claramente a favor da campanha eleitoral. Porque na campanha eleitoral há uma concentração do contacto, há meios para fazer o contacto, e durante quatro anos isso não acontece. Daí que, em 2007, quando formulei a reforma do parlamento, ter proposto que pudesse existir um gabinete de atendimento ao eleitor em cada círculo eleitoral e que uma parte dos recursos da campanha fosse afetado a determinados meios para os deputados contactarem os eleitores e vice-versa. Por exemplo, quando tínhamos o gabinete de atendimento em Braga quem eram os eleitores que sabiam que havia um gabinete de atendimento? 1%? 2%? Mesmo que fosse 10%, aqueles que liam jornais ou rádio, estamos a falar de uma parte pequena daqueles que foram contactados durante a campanha eleitoral. O que eu defendi em concreto: que pudesse haver um info-mail a informar quais foram os deputados eleitos do círculo eleitoral (pelos vários partidos) e com os contactos de e-mail e telefone, e para além disso, a indicar que na segunda-feira, no horário tal, estão disponíveis para o receber no governo civil. A pessoa fazia o que quisesse, mas sabia.

### **Considera então que há desconhecimento da parte dos cidadãos sobre as possibilidades para contactarem os deputados?**

Há um claro desconhecimento. E também acho que isso favorece os deputados preguiçosos. Tem que ser iniciativa dos deputados, diria mesmo do parlamento. Os deputados que tomaram esta iniciativa em Braga, por exemplo, fizeram-no por iniciativa própria. Não decorreu de uma obrigação. Se houver [uma informação] a seguir à eleição: 'olhe é aqui que nos podem contactar nos próximos quatro anos', acho que isto é o mínimo. E gastamos 40 mil euros, 50 mil euros pelo país inteiro, uma vez...

### **Há uma grande diferença entre círculos eleitorais?**

Quando o deputado é conhecido não há uma grande diferença. As pessoas encontram-no e colocam-lhe um problema. E se houver maior complexidade pode-se marcar uma reunião. No conjunto, os círculos mais pequenos tendem a conhecer mais os seus deputados. Os círculos maiores têm tendência a conhecer apenas os seus principais deputados. Em Lisboa dificilmente as pessoas conhecem o seu deputado.

### **O contacto tem aumentado nos últimos anos?**

Os mecanismos, designadamente por meio das tecnologias de informação, têm possibilitado que haja um contacto maior, mas eu não sou capaz de dizer fora do senso comum se tem havido mais ou menos. Na minha opinião tem aumentado.

### **Que papel têm as novas tecnologias no contacto com os eleitores, nomeadamente fora do período de campanha eleitoral?**

Uma das vantagens que tem é o contacto mais fácil. Em 2007 passou a ser obrigatório os deputados disponibilizarem o correio eletrónico. Há deputados que para além disso tinham uma página pessoal, mas estamos a falar de muito poucos. Uma das decorrências da reforma de 2007 era essa, estou convencido que não chegou a haver 10% de deputados com página pessoal.

## **B. Relações partidos-grupos de interesses**

**Considerando o seu grupo parlamentar e a sua experiência, quais são as associações ou grupos de interesses com que o grupo parlamentar mantém mais relações?**

Sindicatos, confederações patronais, a nível mais global. Quando fui líder do PS reunia frequentemente com os parceiros sociais. Ao nível de cada sector (educação, saúde, justiça), havia pessoas a nível da direção que tinham responsabilidade de se relacionar com essas organizações.

**Que tipo de modalidades e instrumentos são utilizados para manter estas relações? Com que frequência?**

Há dois tipos, um é o informal, outro o formal. Quando eu, como secretário-geral, queria receber os parceiros sociais, marcava-se uma reunião, ou na sede dos parceiros sociais, ou na sede do PS, com uma agenda ou assunto. Quando era informalmente, havia uma pessoa ou duas na direção do partido que contacta e pergunta 'o que é que se está a passar, explique-me lá esta informação' ou então eu próprio podia ligar, por telefone. Isto num partido de oposição. Quando um partido está no governo, esses contactos geralmente transferem-se para a órbita do governo e não do partido.

**Fazem convites para participar em reuniões do partido?**

Sim, mas para as sessões protocolares, não para as sessões de trabalho. Pode é por vezes haver militantes do PS que sejam dirigentes dessas organizações - o caso mais evidente é o da UGT, mas também pode haver em confederações patronais - que podem receber convites para participar numa reunião, ou num colóquio, para dar uma ajuda num documento que estamos a preparar. Mas isso já não é enquanto relacionamento institucional, é enquanto relacionamento pessoal. Os militantes da UGT e há mesmo a tendência socialista, Sindical Socialista, que engloba UGT e os socialistas da CGTP, esses têm mesmo lugares por inerência nos órgãos dos partidos socialistas.

**E qual é a frequência deste contacto?**

Eu diria que depende da dinâmica dos partidos, das direções dos partidos.

**Há uma calendarização?**

Não, depende do momento.

**A relação entre partido e sindicatos tem sofrido alterações depois da crise? Se sim, quais foram?**

Julgo que se mantém constante. Recordo de ter reunido muitas vezes com os parceiros sociais nos anos em que fui líder do PS, no período da troika em Portugal, quer nas sedes deles, quer nas nossas. E até ser fácil fazer uma coisa que geralmente só era permitida aos primeiros-ministros, que é de hora a hora, durante um dia, reunir todos os parceiros sociais. Reuniões bilaterais, não era propriamente uma concertação social, mas com relativa facilidade. Do ponto de vista dos mecanismos para as pessoas conversarem diria que evoluiu tudo muito em Portugal. E que as relações pessoais aproximam também as pessoas, independentemente de terem pontos de vista diferentes.

**Essa facilidade de contacto está relacionada com a intervenção da troika?**

Não. Eu atribuo sempre isso à personalidade das lideranças. Eu considero que o país tem uma fraca cultura institucional. E que isso [facilidade de contacto] decorre dessa liderança.

**Na sua altura com que associações tinham maior contacto?**

Olhe se não me falha a memória fui o primeiro líder do PS a entrar na sede da CGTP. Fui o primeiro líder do PS a ir a um congresso da UGT. E a um congresso da tendência socialista da CGTP. A Renovação Comunista, a primeira vez que entrou no Largo do Rato foi pela minha liderança. Só para dar quatro exemplos.

**C. Atividade parlamentar**

**Como é definida a distribuição dos deputados pelas comissões parlamentares? Quais são os critérios? Os deputados escolhem as comissões da sua preferência?**

Cada deputado preenche uma ficha a dizer as três prioridades, depois alguém contabiliza e depois há um olhar político. Há duas funções: uma de garantir qualidade e competência e liderança política nas comissões e a de garantir que se atende mais ou menos os desejos dos deputados. E é preciso preencher todos os lugares.

**Quem tem esse olhar político, quem decide?**

O líder do grupo parlamentar. E se for uma coisa muito relevante o líder do partido. Com o líder do partido geralmente vê-se [quem é] o presidente da comissão ou vice-presidente e o coordenador.

**Relativamente às perguntas ao Governo, até que ponto o conteúdo das perguntas é decidido pelo grupo parlamentar/partido ou pelo deputado a nível individual?**

No PS é liberdade total para o deputado. O deputado pode é querer consertar alguma coisa, mas tem liberdade total.

**Qual é a lógica das perguntas assinadas por vários deputados? Quem é o responsável nestes casos? O primeiro signatário tem um papel específico?**

Imagine que há uma pergunta sobre o círculo eleitoral de Braga. Eu por lealdade vou perguntar aos meus colegas de Braga se também querem assinar. É uma questão de cortesia. Se implica dois ou três círculos eleitorais, tenta-se não deixar ninguém de fora. Uma pergunta regional que cruze com um interesse sectorial também.

O primeiro signatário normalmente é o autor. Mas imagine que eu gostava que um deputado assinasse (ex: António Guterres), manda a cortesia que eu lhe pergunte se quer assinar primeiro.

**De onde vêm os contributos? Quem escreve a pergunta? Qual é o papel da sociedade civil?**

Diversas formas. Dos contactos com os eleitores, de informação genérica – das notícias, de uma conversa informal – posso estar a fazer um relatório e surgir uma questão, pode decorrer da atividade parlamentar e eu precisar de responder a uma série de questões para um trabalho que eu esteja a fazer ou para elaborar um projeto de lei. Aqui a fonte das perguntas é 360 graus.

**Há uma grande diferença entre perguntas ao governo e requerimentos? É apenas formal?**

A constituição faz a diferença entre perguntas e requerimentos. No fundo o requerimento requer ao governo qualquer coisa, a pergunta é mais esclareça-me qualquer coisa. Até à reforma de 2007 o Parlamento não fazia diferença.

**Mas há uma diferença do impacto dos instrumentos? Também do ponto de vista dos media.**

Por vezes, há perguntas que são feitas e que os deputados até já sabem a resposta, mas que são oportunas fazer, por vezes até por deputados que apoiam o governo, e dizem aos jornalistas e chamam a atenção: eu fiz esta pergunta porque me soa que há qualquer coisa escondida. No fundo, aí a pergunta tem uma força enorme. Recordo-me por exemplo de uma pergunta feita no Parlamento Europeu há pouco tempo: alguma vez o sr. Dr. António Domingues participou em reuniões representando a CGD antes de ser nomeado presidente? A Comissão disse que sim e isso criou um sururu. Há partidos que coordenam esse tipo de resposta, perguntam no parlamento europeu e cá. É um jogo político.

**O PS faz isso?**

O PS nalgum caso concreto pode fazer essa coordenação. Por exemplo, num debate no parlamento o António Guterres, quando era líder do PS, perguntou a Cavaco Silva qualquer coisa no Parlamento e não lhe foi dada essa informação. Então todas as semanas fazia a mesma pergunta. São técnicas.

Se me perguntarem tem sentido haver diferença entre perguntas e requerimentos? Não. Verdadeiramente só devia haver perguntas.

Eu acho sinceramente que devia menos perguntas e melhores respostas. Há muitas vezes perguntas que é um deputado que faz a mesma pergunta para todos os concelhos. E tem 309 perguntas.

**Essa é uma prática que depende de cada deputado ou de cada partido?**

Eu diria que depende de cada deputado no grupo parlamentar do PS. Não sei se nos outros grupos parlamentares não há uma tática de fazer esse tipo de perguntas. No PS não há uma tática, pode haver dos deputados. Há sempre o campeonato de quem faz mais perguntas, a nível do parlamento. Porque depois há sempre umas notícias nos jornais.

**Os novos deputados têm maiores dificuldades em promover perguntas?**

Não, agarra no formulário e faz as perguntas.

Eu diria que um deputado menos influente, com menos capacidade de intervenção – ou porque não tem, ou porque não lha dão – acaba por encontrar nas perguntas escritas uma forma de demonstrar a sua atividade parlamentar.

**Em que medida notou que a ocorrência da crise económica em 2010 alterou a forma e temas das perguntas ao governo? Há um maior enfoque em assuntos diferentes dos assuntos pré-crise?**

Não sei responder.

**Quanto às perguntas colocadas durante os debates quinzenais com o Primeiro Ministro, há uma discussão interna no partido sobre o conteúdo das perguntas?**

Os debates quinzenais têm sempre a liderança do partido. Quando o líder do partido está no parlamento a preparação é feita por ele e pela sua equipa, onde faz parte o líder parlamentar. Mas também há o ambiente informal, por sms, e-mail ou telefone. Não há um procedimento interno de rotina em relação às perguntas que são feitas num debate quinzenal. Quando o PS está no governo eu presumo que o processo seja rigorosamente o mesmo, só que desce ao líder parlamentar que é quem interpela o PM. Nesse caso há as perguntas que são sugeridas pelos deputados e as perguntas que são sugeridas pelo governo. Porque há perguntas que o Governo tem interesse que lhe sejam feitas.

**E no caso dos projetos de lei qual é o objetivo dos deputados que apoiam um partido que está no Governo?**

No caso do PS o objetivo é [fazer] projetos de lei nas matérias que se inscrevem na reserva do parlamento. E depois há aquela área concorrencial, geralmente os governos têm maior capacidade de apresentar propostas de lei do que os grupos parlamentares de apresentar projetos de lei. Eu diria que aí há uma concertação muito grande entre o partido no governo e o parlamento. Depois há os deputados rebeldes que podem apresentar diplomas próprios.

**E na oposição, qual é o objetivo?**

Há sempre o objetivo nobre de alterar a legislação no sentido do que são as opções políticas de cada partido. Como tem visto pelas estatísticas, o que acontece é que cada vez menos o parlamento apresenta iniciativa legislativa. E o parlamento português está a tornar-se numa coisa horrível que é: aprova resoluções. Em vez de aprovar leis, aprova papelinhos. Isto significa um enfraquecimento muito grande do parlamento.

**Não há também o objetivo de influenciar os media, colocar o tema na agenda?**

Também. Mas tudo o que aparece no parlamento tem esse objetivo. Pode ser o objetivo principal ou uma consequência. Mas, o parlamento é um palco.

**Dos instrumentos disponíveis (perguntas ao Governo, projetos de lei, debates quinzenais...) qual o mais eficaz e o mais utilizado para influenciar a agenda política/mediática?**

A oralidade, nos debates quinzenais, nas comissões que hoje já têm uma capacidade mediática, os corredores da AR que são estúdios permanentes das televisões, a pergunta. Por vezes o deputado por si só tem autoridade para fazer uma declaração. Outras vezes o deputado diz: como é que eu vou chegar aos microfones: ou faço um requerimento, uma pergunta, um projeto de lei.

**Para criar uma reputação de eficácia quais são os instrumentos?**

Em relação à eficiência de um deputado, no sentido de dizer trabalho muito, há vários critérios. Há o critério estatístico, então o melhor é fazer perguntas, assinar projetos de lei, fazer intervenções em todos os debates, fazer muitos contactos com eleitores. Há outros que fazendo uma intervenção de dois em dois meses têm um eco enorme e há luz da opinião pública têm uma outra valorização. Eu diria que há diversos campeonatos.

**Em que medida a atividade parlamentar de um deputado (nomeadamente o número de projetos de lei apresentadas e perguntas ao governo) influencia a elaboração das listas eleitorais pelos partidos?**

Essas existem para campeonatos diferentes. Há deputados que se posicionam no campeonato para os primeiros lugares da lista e há deputados que se posicionam mais nos lugares regionais. [os primeiros] têm uma exposição nacional, não precisam tanto de apresentar currículo, relatório de atividades. Os outros que precisam de ser votados na concelhia, se calhar dizem eu fiz isto e aquilo.

**Mas é um critério tido em conta?**

Diria que todos os critérios contam e um deputado que trabalhou bastante e tem uma ligação ao seu círculo eleitoral é muito difícil de ser afastado.

**Por exemplo, fazendo perguntas sobre o círculo?**

Sim, há deputados que trabalham só para o círculo. Os militantes lá do sítio depois dizem: então vão tirar este deputado, era a nossa voz. Em partidos que só têm um deputado isso é muito relevante. Por exemplo, em Braga, a CDU elegia um deputado não era tanto pelo voto na CDU, mas porque o deputado, que era o Agostinho Lopes, era considerado um deputado que levantava os problemas do distrito de Braga.

Há uma combinação destes fatores todos. [Mas, no final, é o líder que decide].

**Um dos critérios da escolha dos assuntos é o programa do partido? Quanto conta construir uma reputação numa determinada área de atividade?**

Tudo conta e isso conta bastante. Se há um deputado que não é conhecido, entra numa comissão, nota-se que é competente, trata bem dos problemas, a certa altura há uma discussão até com maior impacto mediático e ele se sai bem, naturalmente que há uma reputação dele muito melhor. Diria aí que o partido olha e reconhece. Depois na feitura das listas se isso conta mais ou menos que outros critérios, isso depende de cada caso. Também há os deputados que a certa altura sabem que não vão entrar nas listas e começam a ser rebeldes que é para quando chegar a altura dizerem “não me querem porque eu discordava” e então um partido às vezes reconsidera.

**A decisão dos temas é articulada com as propostas do programa eleitoral ou depende mais do momento político?**

Eu diria que o programa eleitoral só dorme às cabeceiras dos líderes e das pessoas que estão mais próximas dos líderes. Pode haver deputados que são coordenadores de uma área que também têm ali o programa eleitoral. Não acho que seja uma coisa que esteja na cabeceira de todos os deputados. [A avaliação do cumprimento do programa eleitoral] é mais das lideranças e da qualidade das lideranças. Porque há quem considere que o programa eleitoral é só para apanhar os votos. Mas isso depende da cultura do líder.